



# Informativo da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará



Nº 03

Setembro de 2018

Diretor Geral: **Constantino Augusto Guerreiro**

NOTÍCIAS DA ESM JULHO-  
AGOSTO/2018

→ *Julho/2018*

## Pleno do TJ/Pa aprova o anteprojeto de lei que transforma a ESM em Escola Judicial

No dia 11 de julho de 2018, o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará aprovou o anteprojeto de lei que transforma a Escola Superior da Magistratura na Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, abrangendo, ainda, a adequação da sua estrutura organofuncional administrativa. A transformação é necessária, considerando a implementação do Plano de Gestão do biênio 2017/2019, sendo uma das metas inclusas no Macrodesafio Melhoria de Gestão de Pessoas. Também está de acordo com os objetivos da Resolução nº 159 do Conselho Nacional de Justiça.

A Escola tem como principal objetivo a capacitação de magistrados e servidores para atuarem de forma eficiente, com perfil adequado às necessidades do serviço, proporcionando um melhor ambiente de

trabalho, tendo em vista a necessidade de integrar, formar e aperfeiçoar de forma contínua magistrados e servidores para o desempenho de suas funções. Conforme prevê o anteprojeto, a Escola Judicial terá por finalidade a realização de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e aperfeiçoamento de magistrados e servidores; cursos de pós-graduação, além de realização de cursos diversos, simpósios e palestras pertinentes.

Conforme o Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, na justificativa para a transformação e adequação da estrutura organofuncional administrativa,

*“As Escolas Judiciais têm se apresentado como instrumento de especial significação para alcançar os novos paradigmas decorrentes das mudanças sociais e econômicas, buscando um novo olhar sobre a qualidade da atividade judicial. E da formação técnica, humanística e ética de magistrados e servidores que se impõe hoje como um dos desafios do Poder Judiciário”.*

Diretor da ESM, Desembargador Constantino  
Augusto Guerreiro

Ainda de acordo com a justificativa, “os desafios da Escola Judicial do Estado do Pará são inúmeros, a começar pela superação dos obstáculos físicos e geográficos, típicos do Estado do Pará, com suas comarcas localizadas em regiões distantes da capital, e para tanto, a utilização de plataforma de ensino à distância e palestra online tem se mostrado como solução para o encurtamento dessas distâncias, além da intensificação de intercâmbio e convênios com as demais Escolas Judiciais”.

A propositura de anteprojeto de lei, como destacou o Diretor da Escola na justificativa,

*“resulta de estudos internos do órgão, buscando dar cumprimento às orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, e do Conselho Nacional de Justiça, além de aprimorar o organograma e a divisão de atribuições das unidades administrativas que a integram, ponderando a importância de difusão de conhecimento e de capacitação dos integrantes deste Poder Judiciário, acerca das inovações e modernas práticas quanto às ações relacionadas ao direito público e à promoção da justiça e da cidadania, em que vem desenvolvendo uma série de ações pedagógicas e acadêmicas”.*

Diretor da ESM, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

A Escola da Magistratura possui ações e dotação orçamentária específica, destacando-se, ainda, que a adequação organofuncional é mínima, com criação de apenas quatro cargos para a implementação das novas competências que passará a exercer, abrangendo a capacitação e formação também dos servidores do Judiciário. Os cargos serão

providos gradativamente, em previsão orçamentária anual, com observâncias às normativas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O anteprojeto prevê ainda a possibilidade de celebração de convênios do TJPA com outras Escolas Judiciais, bem como com instituições de ensino do Brasil e de outros países, visando o cumprimento dos fins institucionais. Com o anteprojeto, ficará extinto o Serviço de Treinamento, vinculado à Coordenadoria de Desenvolvimento Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA, sendo transferida sua competência administrativa e seu quadro funcional, na sua totalidade, para a Escola Judicial do Pará.

*Fonte: Coordenadoria de Imprensa*

*Texto: Marinalda Ribeiro*

*Edição de Texto: Andreza Moura*

## Curso de Formação é concluído

No dia 12 de julho de 2018 foi realizada na ESM a última aula do Curso de Formação de magistrados do TJ/Pa, que trouxe aos novos juizes a palestra Transformação Pessoal e Produtividade, com a coaching e ex servidora da ESM, Denise Cristina Ramos Silveira Gomes.



A finalização do curso foi comemorada pelos 7 novos magistrados, que foram homenageados pelos servidores e Diretor-Geral da ESM, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro.

A homenagem contou com um almoço de confraternização, logo após a entrega dos certificados da palestra aos jovens magistrados.



*Texto: Andreza Moura*

## **Falece o Magistrado e Docente da ESM, Dr. Elder Lisboa**

Foi com grande consternação que familiares, amigos, alunos e autoridades se despediram do juiz titular da 1ª Vara da Fazenda de Belém, Dr. Elder Lisboa Ferreira da Costa, que faleceu em consequência de intercorrências após cirurgia de transplante de medula, em São Paulo, na sexta-feira, dia 20 de julho de 2018. O velório foi realizado no dia 22, no Salão Nobre do prédio-sede do Tribunal de Justiça do Pará. Após missa de corpo presente, o sepultamento ocorreu durante o período da tarde, no cemitério Parque da Eternidade, localizado no município de Marituba.

O presidente do TJPA, Desembargador Ricardo Nunes, esteve no velório e ressaltou a importância do magistrado para além do Judiciário. “Estamos muito tristes com essa notícia. Foi uma grande perda para o Poder Judiciário. Mas além de juiz, vale lembrar que também era professor, palestrante, reconhecido internacionalmente. O Elder foi um exemplo de cidadão”, afirmou.

O desembargador Milton Nobre, decano do TJPA, também lamentou a partida precoce do juiz. “O Elder era um juiz não só eficiente na Judicatura. Ele era um intelectual que dava exemplo de estudo, de aplicação, era um tutor do Direito. É lamentável, mas, ao mesmo tempo, ele nos deixa com uma tranquilidade de ver que ele partiu deixando um legado, que merece ser cultivado para o futuro”.

O vice-presidente da Associação dos Magistrados do Pará (AMEPA), André Filo-Creão, se manifestou, também destacando a obra que o magistrado deixou para a posteridade. “A perda do Dr. Elder é algo irreparável para a Magistratura. Irreparável para a docência no Estado do Pará. Muito triste quando você vê um profissional tão qualificado, uma pessoa tão do bem, perder a vida assim tão precocemente. Mas o Elder é uma pessoa que vai ser eterna, dado o seu legado, dada a sua qualidade. Tudo que ele fez em prol da Magistratura e em prol daqueles que estiveram perto dele.”

O juiz Elder Lisboa mantinha fortes laços com as causas dos grupos sociais mais vulneráveis. A presidente do Movida, Iranilde Russo, lembra que foram muitas vezes convidados pelo magistrado para expor o lado das famílias aos estudantes de Direito. “O olhar do Dr. Elder para os movimentos sociais foi importantíssimo. Ele era uma pessoa que buscava levar para os seus alunos, para a sociedade, o sofrimento das famílias e a relação com a lei, que às vezes não atendia aos anseios das famílias vítimas de violência. Ele não olhava

só para a lei, mas também para o sentimento das famílias. Então apesar de todo esse conhecimento que ele tinha, ele não perdeu a essência dele de homem simples”.

O magistrado Elder Lisboa, 52 anos, que se formou em Direito em 1988, na UFPA, e ingressou no Judiciário em setembro de 1993, tinha vasta experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Direitos humanos. Era membro do Centro de Estudos da Mulher com Sede em Salamanca (Espanha) na qualidade de Investigador. Nesta universidade, fez pós-doutorado, enquanto que pela Universidade de Lisboa (Portugal), fez PHD em Ciências Jurídico Internacionais e Europeias. Era professor em ambas universidades. Em Belém, era professor adjunto da Universidade Estácio (FAP), da Esamaz, da Escola Superior da Magistratura (ESM-PA) e da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (TRE).

Também era membro do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo e questões correlatas da cidade do Rio de Janeiro e foi um dos Relatores em Turim-Itália no Programa das Nações Unidas sobre o sistema carcerário, no Brasil e Itália, além de membro da Comissão de Direitos Humanos do TJPA.

Elder Lisboa também foi promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (1991 a 1993). Foi autor de 15 livros, o último foi lançado no último dia 13 de junho: Escravidão no trabalho: Os pilares da OIT e o discurso Internacional. No último dia 17 de maio de 2018, havia se tornado membro da Academia Paraense de Letras, onde ocupou a cadeira número 12, que pertenceu a escritora Helena Tocantins e cujo patrono é o bispo D. Macedo Costa.

*Fonte: Coordenadoria de Imprensa*

*Texto: Vanessa Vieira*

*Edição de Texto: Andreza Moura*

## Alunos doam alimentos ao Abrigo São Vicente de Paulo

Alimentos doados pelos alunos da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará foram entregues pelos funcionários terceirizados Lucas Marinho, Márcio Gomes e Renan Silva, no dia 23 de julho, à direção do Abrigo São Vicente de Paulo. O abrigo é uma instituição filantrópica, localizada no Bairro da Pedreira em Belém/PA, fundada no ano de 1938 e recebe idosos em situação de vulnerabilidade, oferecendo moradia, alimentação e medicação.

Para o Diretor-Geral da Escola da Magistratura, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, a ação dos alunos é louvável. “A ESM-PA agradece a iniciativa e voluntariedade dos alunos de nossos cursos na doação de alimentos, pedimos que a ação continue nos próximos cursos para que outras instituições possam ser contempladas”, justificou.

**DOAÇÕES** - O abrigo está localizado na Travessa Mauriti, nº 1061, entre Avenidas Marquês de Herval e Visconde de Inhaúma, na Pedreira, em Belém. Contatos pelo fone (91) 3226-4984.



*Fonte: Site ESM/TJPA*

## Juízes e servidores concluem curso sobre Juizados

Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará participaram de curso ofertado pela Escola Superior da Magistratura sobre as “Questões Controvertidas nos Juizados Especiais: Cíveis, Criminais e Fazenda Pública”, ministrado pelo Professor Mestre Ricardo Cunha Chimenti, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau do TJSP e Coordenador do Fórum dos Juizados Especiais de São Paulo – FOJESP.

A formação foi realizada durante os dias 30, 31 de julho e 01 e 02 de agosto, com a carga-horária total de 20 horas-aula, nas quais foram abordados temas como o histórico dos juizados especiais; a conciliação, mediação e arbitragem; prática dos critérios de oralidade, simplicidade, informalidade e economia processual; aplicação subsidiária do CPC/2015; técnicas eficientes para o enfrentamento do excesso de demanda; etc.

Para o Diretor-Geral da ESM, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, o objetivo foi alcançado.

*“O curso foi originado da necessidade de se aprofundar o estudo teórico e prático das questões controvertidas dos Juizados Especiais, bem como, de se compartilhar conhecimento a respeito das técnicas que se mostram mais eficazes para o bom desenvolvimento dos processos, em especial os da competência dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública”*

Diretor Geral da ESM, Des. Constantino Augusto Guerreiro

Logo após o último dia de aula, indagado sobre as impressões do curso ministrado e as expectativas do curso para os alunos, o docente, Dr. Ricardo Cunha Chimenti, respondeu que

*“A turma se mostrou interessada e participativa desde os primeiros minutos do curso. Expuseram experiências profissionais sobre o tema e, por meio de metodologias ativas, em especial a caixa de perguntas e o Phillips 66, puderam atuar como protagonistas do conhecimento compartilhado.*

*Minha expectativa é que sob a luz de técnicas tipicamente pós positivistas os alunos possam bem se situar no momento jurídico atual, de forma a compatibilizar precedentes vinculantes com decisões justas e equânimes para cada caso concreto.”*

Professor e Mestre, Ricardo Cunha Chimenti

Confira abaixo a relação dos concluintes do curso:

### Magistrados:

- 1 AGENOR CÁSSIO DE ANDRADE CORREIA
- 2 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS
- 3 ANA LUCIA BENTES LYNCH
- 4 ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDES
- 5 ANDRÉ DOS SANTOS CANTO
- 6 ANTONIETA MARIA FERRARI MILEO
- 7 CÉLIA GADOTTI BEDIN
- 8 CLAUDIA FERREIRA LAPENDA FIGUEIROA
- 9 CRISTINA SANDOVAL COLLYER
- 10 DANIEL RIBEIRO DACIER LOBATO
- 11 DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAÚJO LEITE
- 12 DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA
- 13 EDNA MARIA DE MOURA PALHA

14 ELAINE NEVES DE OLIVEIRA  
15 EMÍLIA NAZARÉ PARENTE SILVA DE MEDEIROS  
16 EVERALDO PANTOJA E SILVA  
17 FÁBIO PENEZI PÓVOA  
18 GABRIEL PINÓS STURTZ  
19 GERALDO NEVES LEITE  
20 GERSON MARRA GOMES  
21 GISELE MENDES CAMARÇO LEITE  
22 JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE  
23 JOSÉ JOCELINO ROCHA  
24 JULIANA FERNANDES NEVES  
25 LUCAS QUINTANILHA FURLAN  
26 LUCIANA MACIEL RAMOS  
27 ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA  
28 ROSI MARIA GOMES DE FARIAS  
29 VINÍCIUS DE AMORIM PEDRASSOLI  
30 WANDER LUIS BERNARDO

#### Servidores:

1 ADILZES DE NAZARÉ MACHADO DE MATOS  
2 ADRIANA CLÁUDIA TEIXEIRA MIRANDA  
3 ADRIENNE MACÊDO ALVARENGA  
4 ALINE KABUKI  
5 AMANDA DANIELLE GOMES SANTOS  
6 ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA  
7 ANDERSON ARAÚJO DE MEDEIROS  
8 CARLOS HACHEM CHAVES JÚNIOR  
9 CHRISTIAN ANDREI RIBEIRO MALTEZ  
10 CLÁUDIA DE FÁTIMA NUNES FERREIRA  
11 DANIELLE PANTOJA CERDEIRA DA SILVA  
12 DENISE CRISTINA MARQUES ENCARNAÇÃO  
13 DIANE DA COSTA FERREIRA  
14 ELEOMIRA COSTA MERCÊS  
15 ERIKA LORENA SANTOS DA CONCEIÇÃO  
16 HELOISA SAMI DAOU  
17 HERNAN AUGUSTO CALCUCHIMAC  
18 ISABEL CRISTINA RODRIGUES DA SILVA  
19 JULIANA SOUSA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

20 KARINA MAYUMI KITAGAWA OKAMOTO HARIMA  
21 KLEBIA SILVIA NOGUEIRA NUNES OLIVEIRA  
22 LEANDRO FRANCO MIRANDA  
23 MARLENA BENTO VASCONCELLOS CHAVES  
24 PATRÍCIA RODRIGUES DE AMORIM LEMOS  
25 ROBERTA PINTO DA SILVA GODINHO  
26 RÔMULO AUGUSTO ALMEIDA DA SILVA  
27 SELMA FIGUEIREDO FERNANDES  
28 VANDERLUCI SIMOES CUNHA  
29 VICTOR GEORGE SANTIAGO LAMEIRA





*Texto: Paulo Victor Ramos Corrêa*

*Edição de Texto: Andreza Moura*

---

→**Agosto/2018**

---

## **Recursos no CPC foi tema de curso na ESM**

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará concluiu mais um curso voltado à capacitação dos magistrados e servidores do TJPA. O curso “Recursos no Código de Processo Civil” foi realizado nos dias 06 a 10 de agosto, com carga-horária total de 20 horas-aula e está credenciado junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM.

As aulas foram ministradas pelo professor Doutor Alex Lobato Potiguar, advogado e professor de Direito da Universidade Federal do Pará. Foram abordados assuntos como: teoria geral dos recursos; apelação, agravo e embargos de declaração; recursos especial e extraordinário; precedentes, súmulas e teses jurídicas.

Para o Diretor-Geral da ESM, Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, “a formação objetivou capacitar para incrementar a prestação da justiça de forma mais célere e eficiente, através do domínio das novas técnicas e procedimentos na seara recursal previstas no novo Código de Processo Civil”.

A ESM parabeniza os magistrados e servidores concluintes do Curso:

### **Magistrados:**

- 1- DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO
- 2- GABRIEL COSTA RIBEIRO
- 3- JOSIANE TRINDADE DE SOUSA
- 4- MARIA AUGUSTA FREITAS DA CUNHA
- 5- ROGÉRIO TIBÚRCIO DE MORAES CAVALCANTI

### **Servidores:**

- 1 - ALLINE NAZARETH RAIOL SOUSA PEREIRA
- 2- ANA KATARINA DE SOUSA GOMES
- 3- ANNE BEATRIZ MARQUES ALVES DE LIMA
- 4- CARLOS ANDRE BRITO DA CUNHA
- 5- DALTON LUIZ PEREIRA
- 6- DANIELLE PANTOJA CERDEIRA DA SILVA
- 7- DIOGO DAS DORES RIBEIRO
- 8- DRAILTON DARLAN SILVA GOUVEA
- 9- EMILIO SERGIO DE VASCONCELOS CAREPA
- 10- FELIPE DOS SANTOS GOMES
- 11- IRACÉLIA CARVALHO DE ARAÚJO
- 12- JONAS AMERICO ALVES DUARTE
- 13- JOSÉ MAURO DE CARVALHO VIANNA
- 14- JULIANA DA COSTA PEREIRA VILHENA
- 15- KEYLA SIMONE LOPES DE OLIVEIRA DA COSTA
- 16- LAÍS NOGUEIRA BARATA
- 17- LEILA COSTA DA SILVA
- 18- LEONARDO RAMOS MOREIRA
- 19- LINO VICTOR DA GAMA RODRIGUES ARAÚJO
- 20- LUANA GONDIM DA SERRA SILVA

- 21- LUANA HITOMI FEIO OKADA
- 22- LUCIANA ALVES DE MELO NABICA FREITAS
- 23- MARCEL BRUNO CARDOSO DA SILVA
- 24- MARIALVA FRANCO PINHEIRO
- 25- MARINA DO VALLE FARIAS
- 26- MARINA TAKEUCHI
- 27- NATHYANE VILARINDO DE LOIOLA
- 28- NAYANA ZANELLA CELLA
- 29- NOELIA ALVES NOBRE
- 30- OMAR PAES DE CARVALHO ROCHA
- 31- RAFAELA MARTINS PRAZERES
- 32- RAFAELA PALHA DO ESPÍRITO SANTO
- 33- RAIMUNDO FERNANDO MENDES MORAES
- 34- SAMARA GIMENES CARVALHO
- 35- VALDENILSON SANTA BRÍGIDA FURTADO
- 36- VALDIRENE DO SOCORRO DA SILVA CAMPOS RAMOS
- 37- VANDERLUCI SIMOES CUNHA

**Demais participantes:**

- 1- ARETHA NOBRE COSTA
- 2- LUCIANA SOUZA DOS ANJOS  
(Defensoria Pública do Estado do Pará)
- 3- WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO  
(Procurador do Ministério Público do Estado do Pará)
- 4- KAREN TEIXEIRA DE SIQUEIRA  
(Estagiária TJPA)



**Missa em Homenagem aos Pais é celebrada na ESM**

Na sexta feira, dia 10 de agosto, foi celebrada pelo Cônego Roberto Cavalli, Cura da Catedral da Sé, uma missa em homenagem à São Lourenço e aos pais. A celebração ocorreu na Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará e faz parte do calendário de encontros voltados à reflexão e religiosidade dos servidores da instituição.

Durante a cerimônia, o Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, Diretor-Geral da Escola de Magistratura, lembrou que “a vocação é importante, mas deve sempre estar atrelada à missão de evangelização, reafirmando a vocação da Escola da Magistratura, que é levar conhecimento sem esquecer o espírito cristão essencial na busca pela justiça e paz”.







Texto: Paulo Victor Ramos Corrêa

Edição de Texto: Andreza Moura

## Curso de Improbidade Administrativa é ministrado na ESM

Nos dias 13, 14, 16 e 17 de agosto, a Desembargadora Vânia Rack de Almeida, do TRF da 4ª Região, mestre em Instituições de Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do RS – PUC/RS, esteve em Belém para ministrar, nas dependências da ESM, o curso de Combate à Improbidade Administrativa, com carga horária de 20 horas-aula.

O curso teve por finalidade a formação continuada, visando o vitaliciamento e a promoção na carreira, e voltado a magistrados, servidores e outras pessoas interessadas na matéria, e também contou com a participação

da Des. Maria Elvina Gemaque Taveira, Diretora Geral Adjunta da ESM/PA.

O curso abordou o cenário de construção da improbidade; os sujeitos praticantes das irregularidades; o controle de atos e fatos administrativos e sua respectiva tipificação como improbidade; dolo, culpa e concomitância de ilícitos, além de sanções e processo judicial. Ao final, os participantes foram avaliados com um estudo de caso.

Questionada sobre a turma e a expectativa quanto aos alunos após o curso, a Desembargadora Vânia concluiu que:

*“Os alunos demonstraram um profundo conhecimento do tema, o que permitiu o aprofundamento das discussões e pelo êxito nas atividades desenvolvidas. Além do conhecimento demonstrado, todos, sem nenhuma exceção, tiveram um grande envolvimento nos debates, participando de forma ativa e efetiva...”*

Desembargadora Vânia Rack de Almeida

Informou ainda a Desembargadora Vânia que, “A partir do curso, percebendo que vários alunos alteraram posições anteriores, bem como demonstraram a necessidade de outras reflexões, a partir de controvérsias que foram postas, a expectativa é que o tema não será abandonado, ao contrário, será objeto de constantes indagações e reflexões.”



*Texto e Edição de Texto: Andreza Moura*

*Entrevista e fotos: Antônio Fernando Alves Guimarães*

Veja a lista de concluintes do curso:

ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS FIGUEIREDO  
2 ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA  
3 ALEXANDRE NASCIMENTO FERNANDES  
4 ALEXSANDRO SOUSA DE OLIVEIRA  
5 ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE  
6 ANTONIO FERNANDO ALVES GUIMARÃES  
7 BERNARDO DE OLIVEIRA ARAÚJO  
8 BRUNO AURÉLIO SANTOS CARRIJO  
9 CARLOS SCERNRE BEZERRA  
10 CIDCLAY DE OLIVEIRA VON PAUMGARTTEN  
11 CRISTINA SANDOVAL COLLYER  
12 DALTON LUIZ PEREIRA

13 DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAÚJO LEITE  
14 DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA  
15 DRAILTON DARLAN SILVA GOUVEA  
16 EDINALDO ANTUNES VIEIRA  
17 EMILIO SERGIO DE VASCONCELOS CAREPA  
18 FILIPE MIGUEL ALVES JUNIOR  
19 GISELE MARIA BRITO BATISTA  
20 JADIEL DE MORAES FAYAL  
21 JOAQUIM BIZERRIL DE SOUZA  
22 DE PONTES JUNIOR  
23 JULIANO DANTAS JERÔNIMO  
24 KÁTIA PARENTE SENA  
25 LISBINO GERALDO MIRANDA DO CARMO  
26 LISSANDRA BOTELHO TAVARES  
27 LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA  
28 LUIZ OTÁVIO ROMEIRO DE ARAUJO COSTA JÚNIOR  
29 MARCIO DANIEL COELHO CARUNCHO  
30 MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA  
31 MAYARA BONNA CUNHA E SILVA  
32 PATRICIA TEIXEIRA SANTOS  
33 RODRIGO AUGUSTO DO AMARAL ALCÂNTARA  
34 ROSENDO RAMOS MORA JUNIOR  
35 ROSI MARIA GOMES DE FARIAS  
36 SARA AUGUSTA PEREIRA DE OLIVEIRA  
37 SARAH TAVARES CARVALHO  
38 TALITA DANIELLE COSTA FIALHO DOS SANTOS  
39 TENYLLE ONAIR FEIO BRASIL  
40 VANILDO CLEBER SILVA SOARES  
41 WALTER ANDRÉ DE SOUZA ROCHA  
42 WANESSA JACCOUD

## Curso aborda Depoimento Especial de Testemunhas

No período de 20 a 24 de agosto foi realizado nas dependências da ESM o curso “Aspectos Teóricos e Práticos do Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas e

Testemunhas de Violência Doméstica, de Acordo com a Lei nº 13.431/2017”, ministrado pela juíza Mônica Maciel Soares Fonseca, Mestre em Direito Constitucional, na Área de concentração em Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Pará; juíza titular da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém, e juíza auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA); e pela psicóloga do TJPA, Mayara Ramos Lopes, especialista em desenvolvimento infantil, que atua em depoimentos especiais nas audiências com menores na Vara de Crimes contra Criança e Adolescente, e é supervisora de entrevista forense com crianças e adolescentes – Depoimento Especial.

O curso possuiu 20 horas-aula e foi destinado a magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará que atuam na assessoria de primeira e segunda instância, bem como os lotados nas Varas de Família, Vara da Infância e Juventude, Vara de Crimes Contra a Criança e Adolescente, Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude e Setor Social de Infância e Juventude do Fórum Cível da Capital.

A listagem dos concluintes segue abaixo:

Adriana Grigolin Leite  
Adrielson Souza Almeida  
Agenor Cássio Nascimento Correia Andrade  
Andrea Girard da Silva Alves  
Ângela Maria Baleiro Queiroz  
Antônio Maria de Assis Lisboa  
Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos  
Clarissa Ribeiro Vicente  
Cláudia Regina Moreira Favacho  
Cristiane Santos da Costa Cordeiro  
Danielson Correa Leite  
Drailton Darlan Silva Gouvea  
Emília Nazaré Parente Silva de Medeiros

Erika Menezes de Oliveira  
Eveny da Rocha Teixeira  
Fábio Benchimol Correa  
Gabriel Costa Ribeiro  
Graça Helena Barbosa de Almeida  
Heronildes Marques Barbosa  
João Joaquim Cardoso Neto  
Kátia Sasaki  
Lígia Valente do Couto de Andrade  
Mara Augusta Prestes da Motta  
Maria Raimunda da Silva Tavares  
Marília Pantoja Novaes Martins  
Mônica Rei Moreira Freire  
Marília Pantoja Novaes Martins  
Naiara Cristina Serrão Miranda  
Nayra Cristine Alves de Carvalho  
Osmélia de Melo Rego  
Priscila Tereza de Araújo Costa  
Rafaela Martins Prazeres  
Raimundo Fernando Mendes Moraes  
Regina Luiza Taveira da Silva  
Roberta Vieira de Souza Caliarí  
Rosângela Soares da Silva  
Rosilene de Fátima Lourinho dos Santos  
Sandra da Silva Vieira  
Sara Helena Costa Batista  
Shirley Oliveira Matos  
Sibely de Oliveira Pantoja Leão  
Silvana Azevedo Santos  
Suzane Leão Vaz  
Vânia do Socorro da Silva Maia  
Vinólia Costa Vieira

*Fonte: Coordenadoria de Imprensa  
Texto e edição de texto: Andreza Moura*

## **Material escolar arrecadado pela ESM foi entregue a comunidade ribeirinha**

A Escola de Magistratura do Estado do Pará realizou campanha para coleta de material escolar com o objetivo de arrecadar itens escolares para crianças e jovens de baixa renda

da comunidade Cruzeiroinho, localizada na Região do Baixo Acará. A mobilização angariou 84 kits escolares, doados pelos alunos dos cursos e servidores da instituição, que atenderão mais de uma centena de crianças, impactando positivamente na prevenção da evasão escolar.

As doações coletadas foram entregues no último dia 24 de agosto ao servidor do TJPA, Diego Alex de Matos Martins, que há 04 anos está à frente do Projeto desenvolvido com as crianças da referida comunidade.

Para o Secretário-Geral da ESMPA, Aníbal Corrêa Pinheiro,

*"Ao colaborar com a campanha, os alunos e servidores tiveram uma boa oportunidade de incentivar os estudos de muitas crianças carentes. A ação reforça o papel social da Escola de Magistratura",* defendeu.

Secretário-Geral da ESM, Aníbal Corrêa Pinheiro



*Texto: Paulo Victor Ramos Corrêa*

*Edição de Texto: Andreza Moura*

**Curso de Pós Graduação em Gestão Pública é oferecido pela ESMPA**

Em uma parceria entre a Escola Superior da Magistratura do Pará (ESMPA) e a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), foi realizada na sexta-feira, dia 24 de agosto de 2018, a aula inaugural dos cursos de Pós-Graduação *latu sensu* em Gestão Pública. Os cursos têm ênfase em Direito Penal e Processual Penal e Direitos Humanos, Direito Civil e Processual Civil, Desenvolvimento de Pessoas, e Políticas Públicas e Governança. Todas as vagas ofertadas a magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Pará, 30 em cada curso, foram preenchidas. A pós-graduação *latu sensu* da ESMPA encerra em setembro de 2019.

O professor e doutor Jean Carlos Dias, coordenador do programa de pós-graduação em Direito do Cesupa, ministrou a palestra de abertura dos cursos com o tema O Direito Contemporâneo e o Poder Judiciário: perspectivas e desafios.

*"Para entender a realidade na qual estamos inseridos, nós precisamos discutir o Direito Contemporâneo e os problemas do Judiciário. A ideia é mostrar que essa realidade é problemática e nós vamos ter que buscar soluções. O programa da capacitação é justamente para isso: buscar a solução dos grandes problemas que vão ser identificados. Vou trabalhar basicamente os impactos dos conflitos teóricos nas decisões judiciais, como o próprio Supremo se depara com essas situações, em que divergências teóricas levam a julgamentos diferentes, e como esse tema vai ser relevante para quem vai desenvolver o estudo de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário".*

Professor e Doutor Jean Carlos Dias

Após a palestra de abertura, os professores Everaldo Marcelo Souza de Costa e Francisco Conceição da Silva, ministraram aula para os alunos. Everaldo Marcelo Costa, doutor em administração, destacou a importância da formação continuada:

*“Creio que toda a formação continuada é importante, quer as organizações sejam públicas ou privadas, pois é um momento que propicia ao colaborador a reflexão. Ele vai pegar a expertise, aquele outro olhar e levar para dentro da organização, criando novos processos”.*

Everaldo Marcelo Costa, doutor em administração

As servidoras da Coordenadoria de Convênios e Contratos do TJPA, Natália Barbalho, formada em Direito, e Arieli Nobre, formada em administração, vão cursar Governança de Desenvolvimento de Políticas Públicas e Desenvolvimento de Pessoas, respectivamente.

As alunas viram na pós-graduação ofertada uma oportunidade para capacitação com temas de interesse. “Se eu me aprofundar no desenvolvimento de políticas públicas e na aplicabilidade delas, vai ter um efeito tanto na prestação do serviço, quanto para o meu futuro”, comentou Natália.

Já Arieli, também considerou importante a formação continuada após a faculdade, mesmo se o curso fosse pago.

*“É sempre bom complementar o que se aprendeu na faculdade. Eu cursaria mesmo que fosse particular, mas é ótimo que a ESMPA ofereça a pós de graça”. “É sinal de que o Tribunal está investindo na gente”, complementou.*

Arieli Nobre, aluna da Pós Graduação

Além dos alunos matriculados, estiveram presentes à aula inaugural dos cursos de pós-graduação da ESMPA, o Secretário-Geral da Escola, Aníbal Correia Pinheiro; o Diretor Acadêmico da ESMPA, Paulo Victor Correa; Cilene Brito Anchieta, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro da Escola; a Diretora do Instituto de Formação Profissional e Superior da Escola de Governança Pública do Pará, Gisele Nobre Miranda; a Coordenadora de pós-graduação da Escola de Governo, Rose Leão; e a Técnica e membro da comissão da coordenação do curso, Helen Paiva. No evento, os alunos também receberam um panfleto com a campanha da ESM que arrecada doações para os abrigos João de Deus e São Vicente de Paulo.



Fonte: Coordenadoria de Imprensa  
Texto: Martha Lucia Rios  
Foto: Ricardo Lima

## Magistrados foram capacitados em docência pela ESMPA

Após uma semana de aulas, teve encerramento na sexta-feira, 24 de agosto, a parte presencial do curso de Formação de Formadores, realizado na Escola Superior da Magistratura do Pará (ESMPA), numa parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). O curso completo tem dois níveis de formação e o nível 1 será concluído após os participantes cursarem o módulo 2, via plataforma de ensino à distância (EAD) da ENFAM.

O curso foi destinado a magistrados, mas alguns servidores também participaram. O objetivo central foi a formação de magistrados para atuarem na formação de outros magistrados, como forma de possibilitar um processo de qualificação para o exercício da docência.

Fernando Alves, pedagogo da ENFAM, foi um dos professores do curso e explicou a abordagem adotada. "Privilegiamos o uso de metodologias ativas para romper o cenário mais usual que são aulas mais catedráticas, mais tradicionais, por meio do uso de aula expositiva. Não que esta metodologia também não seja importante, mas para a formação profissional é imprescindível que o foco seja no desenvolvimento de competências, e, para isso, as metodologias ativas são estratégias das mais importantes para favorecer o processo de aprendizagem significativa e o desenvolvimento de competências para o exercício profissional".

O juiz Homero Lamarão Neto, já atua na docência como professor de Direito do Consumidor na Faculdade de Belém, também já deu aulas em cursos de formação inicial, tanto para os juízes que acabavam de ingressar na magistratura, como em cursos de formação continuada, promovidos pela ESMPA. O

magistrado falou da relevância do curso de Formação de Formadores. "O curso deu um cabedal de ferramentas pra gente revisitar o nosso papel em sala de aula, como formador. Foi muito interessante porque nos propiciou uma visão bem diferenciada de todas as técnicas que devemos utilizar em sala de aula para alcançar um processo de ensino e aprendizagem mais satisfatório".

Após concluírem o módulo 2 do nível 1 por EAD, os participantes do curso de Formação de Formadores já poderão figurar no Banco Nacional de Formadores, restando apenas um itinerário formativo livre, que compõe o nível 2.



Fonte: Coordenadoria de Imprensa  
Texto: Martha Lucia Rios  
Foto: Ricardo Lima

## Meio ambiente é tema de Semana Jurídica na ESMPa – ESM, pauta ambiente urbano na Amazônia

Aconteceu na ESMPA, a Semana Jurídica de Direitos Humanos e Meio Ambiente, no período de 27 a 31 de agosto de 2018.

O evento teve início com uma palestra proferida pelo juiz da 5ª Vara de Fazenda do TJPA, Raimundo Santana, sobre a atuação do TJPA nos temas Cidadania e Meio Ambiente. Raimundo Santana é doutor e mestre em

Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

O Meio Ambiente Urbano nas Cidades Amazônicas foi o tema central do evento e a mesa de abertura foi presidida pelo juiz Marco Antônio Lobo Castelo Branco, da 8ª Vara Cível e Empresarial de Belém. O magistrado disse ser muito importante o diálogo multidisciplinar entre a academia de Direito e de Engenharia Florestal, áreas dos palestrantes. "Quando as academias se encontram, daí nascem alternativas para o nosso desenvolvimento sustentável".

No dia 28 de agosto, terça feira, tivemos as palestras do Auditor Fiscal do Município de Belém, Dr. Bruno Soeiro Vieira, mestre em Direito pela Universidade da Amazônia – Unama e Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; e do Engenheiro Florestal, mestre em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Dr. Deryck Pantoja Martins.

*"Cada cidade, com suas dinâmicas, é diferente da outra. Precisa ser analisada de forma diferente. Não se pode fazer uma legislação urbanística sem levar em consideração as diferenças entre cada uma"*

Bruno Soeiro Vieira, auditor fiscal do município de Belém

Bruno Soeiro falou, ainda, sobre as normas jurídicas, desde a Constituição Federal até o Plano Diretor no que tange ao meio ambiente urbano. O professor destacou, também, os deveres que o cidadão tem na busca de um meio ambiente limpo e sustentável. "O cidadão deve adotar hábitos de consumo sustentáveis, desde não descartar resíduos sólidos de maneira aleatória nas ruas, fazer uma separação, mas, acima de tudo, o cidadão

precisa interagir e exercer a sua cidadania participando do processo político, até mesmo da construção de normas urbanísticas".

Segundo o especialista, as pessoas precisam exercer sua cidadania, para que o parlamento colha sua visão de meio ambiente e produza leis que sejam de fato sustentáveis.

Já o engenheiro florestal, Deryck Pantoja Martins, falou sobre alguns aspectos da gestão ambiental municipal, como licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e áreas verdes. Como principais desafios para cuidar do Meio Ambiente nas cidades, o palestrante afirmou que o principal é a questão dos resíduos sólidos, porque se relacionam às águas, com o saneamento básico e com a saúde pública. "Um dos grandes desafios ambientais para as próximas décadas é diminuir a geração de resíduos, acondicioná-los de forma adequada, reutilizar produtos trazendo-os de volta ao processo produtivo através da logística reversa, através da cadeia do plástico, da cadeia do papel. Acho que estes são pontos fundamentais dos desafios das cidades".

Ele também falou da responsabilidade de cada um com o lixo que produz, pois acaba se tornando um ciclo. "As pessoas acham que depois que o lixo saiu da casa delas, já não é mais de sua responsabilidade, mas esquece que tudo é um ciclo. O homem produz o lixo, polui as águas, os peixes consomem aquele resíduo e o homem acaba comendo o peixe contaminado por ele mesmo".

Conflitos Agrários e o Meio Ambiente foram os temas da palestra do terceiro dia da semana jurídica, que trouxe o Dr. Antônio José de Mattos Neto, advogado e professor mestre da UFPA e doutor em Direito pela PUC- SP, e o juiz de Direito André Filo-Creão, juiz titular da Vara Agrária de Castanhal, mestre em Direito pela UFPA e doutorando em Direito pela Universidade de Coimbra como palestrantes.

Neste terceiro dia, presidiu a mesa de abertura, o Juiz Silvio Cesar dos Santos Maria, presidente da Associação dos Magistrados do Pará (Amepa), que elogiou o evento promovido pela ESMMPA:

O Juiz André Filo-Creão apresentou a palestra A Função Social como Elemento Imanente ao Direito de Propriedade.

Para contextualizar o tema de sua palestra, André Filo-Creão explicou o surgimento das Doutrinas de Direito Individual e das Doutrinas de Direito Social, chegando ao texto constitucional de 1988, artigo 186, claro quanto ao cumprimento da função social da propriedade rural e, dentre outras determinações, exige a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente. "A função social da propriedade integra o direito à propriedade dentro da Constituição brasileira, de modo que a gente só pode falar em uma propriedade, à luz da CF/88 se essa propriedade cumprir com sua função social, que é uma decorrência desse direito. Então, para que você possa dizer que é dono de uma coisa, principalmente de uma área rural, é preciso que você cumpra a função social".

O palestrante também explicou que para se explorar um imóvel rural de forma adequada, cumprindo os requisitos da função social, as regras de proteção ambiental, de proteção da reserva legal, dentre outros normativos, têm que ser necessariamente observados, sob pena da perda do bem ou até mesmo da proteção possessória.

Na quinta-feira, o tema debatido foi Mineração e Meio Ambiente, por Luiz Antônio Monteiro de Brito, advogado, professor e mestre pela UFPA e doutorando em Direito pela PUC – SP, e Ricardo Sefer, advogado, doutor e mestre em Direito pela UFPA, mestre pela UNAMA e procurador do Estado.

A juíza Monica Maciel, auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior, foi a presidente da mesa e disse ser muito bom a ESMMPA promover o debate sobre Mineração e Meio Ambiente, porque o tema vai muito além da seara jurídica.

*"Passa pela questão social e econômica. A importância do tema não se reflete apenas para o meio jurídico, mas em toda a sociedade. Com certeza isso vai implicar na questão da exploração do meio ambiente e em todos os impactos daí advindos. Toda a comunidade vai sentir",*

Juíza Mônica Maciel

O professor Luiz Antônio Monteiro de Brito, explicou que a mineração responde por cerca de 86% das exportações anuais do Pará.

*"A nossa economia é muito dependente da mineração. Vivemos num certo paradoxo, em que estamos na maior floresta tropical do mundo, com a maior biodiversidade do mundo e que está bem em cima de uma das maiores províncias minerais do mundo, também. Temos que proteger a floresta, ao mesmo tempo em que não podemos prescindir do aproveitamento mineral, pelo potencial socioeconômico da atividade".*

Professor Luiz Antônio Monteiro de Brito

O professor afirmou existirem, no contexto amazônico, dois aspectos chaves: o Estado pensar de forma geral como licenciador da



atividade e como fiscal do desenvolvimento da atividade minerária, e o adequado aproveitamento da renda mineral, daquilo que é obtido através de royalties da mineração ou com tributação da atividade. "Esse recurso tem que ser bem aplicado senão acabará se tornando uma questão recorrente os vários problemas que estamos habituados a ver".

O procurador Ricardo Sefer, aproveitou o gancho da palestra que lhe antecedeu e voltou o enfoque para o papel do Estado enquanto licenciador e fiscalizador da atividade de mineração e como o ente que recebe as compensações financeiras decorrentes da mineração, que vai ter que reinvestir na melhoria dos índices sociais da região.

*"Quando se fala de licenciamento, não se fala apenas da questão ambiental, existem também a questão econômica e o fator social, que são aquelas retribuições que o minerador tem que dar em prol da comunidade que vai ser impactada. Normalmente a mineração ocorre em locais muito distantes dos centros urbanos. Via de regra, aqui na Amazônia principalmente, com índices sociais muito baixos, em áreas indígenas, com problemas muito graves de acesso à saúde, à educação. A mineração acaba servindo como motor de um desenvolvimento socioeconômico nessas localidades, mas o dinheiro tem que ser bem aplicado, enfim, bem fiscalizado, para que se tenha um retorno real em benefícios positivos pra comunidade".*

*Procurador Ricardo Sefer*

Maíra Ruffeil, advogada, valorizou o conteúdo e o debate trazido pela Semana Jurídica. "É difícil termos eventos ligados ao Direito Agrário e a questão ambiental, um tema que é tão presente em nossa região. Ao mesmo tempo, é uma matéria um pouco negligenciada pelas faculdades, que em sua maioria não têm essa cadeira. Eu, felizmente, tive essa matéria na faculdade, mas a maioria dos advogados se forma sem esse conhecimento. Por isso considero tão importante a ESMIPA abrir as portas à sociedade e debater o assunto. Acompanho desde o primeiro dia e o conteúdo está excelente".

A estudante de Direito do Cesupa, Luciana Cesarina Ribeiro da Silva, considerou os assuntos da Semana Jurídica muito pertinentes. "Os temas são muito atuais e despertaram meu interesse. O alto nível dos palestrantes também foi um dos motivos que me fizeram participar da Semana Jurídica, pois eles têm vasta experiência nos temas que são abordados".

No encerramento da semana, a ESMIPA trouxe uma palestra sobre Convenções internacionais sobre o meio ambiente, ministrada por Raquel Rocha Mesquita da Costa, Juíza de Direito; por Paulo Victor Ramos Corrêa, Diretor Acadêmico da ESMIPA e Carlito Lobo, mestrando em Direito Internacional pela Universidade de Lisboa e membro da Comissão de Direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil seção Pará (OAB-PA). Raquel Rocha Mesquita da Costa é mestranda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa) e Paulo Victor Ramos Corrêa é mestrando em Direito Internacional pela Universidade de Lisboa e membro da Comissão de Direitos Humanos do TJPA.

O servidor da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) do TJPA, Paulo Ferreira da Gama, é mestrando em matemática e disse que os

temas são interessantes e transversais em seus estudos, pois fazem parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). "Além disso, são temas que vão engrandecer meu conhecimento tanto pessoal, quanto profissional", afirmou.

Ana Bernadete de Oliveira Lima Reis é contadora, bacharela em Direito e ficou sabendo do evento pelo site do TJPA. Ela vai cursar uma pós-graduação em Gestão de Cidades e Sustentabilidade, e matriculou-se na Semana Jurídica. "Foi uma boa coincidência. Eu procuro sempre participar dos cursos ofertados pela Escola da Magistratura à comunidade e acho que muitos deles deveriam ser ampliados. É uma contribuição muito grande para a sociedade essa abertura".

A Escola também arrecadou 1kg de alimentos não perecíveis de cada participante da Semana Jurídica, que serão doados a abrigos de Belém que acolhem idosos e pessoas em situação de rua.



*Juiz Silvio Cesar dos Santos Maria, presidente da Associação dos Magistrados do Pará, atuou como mediador nos debates*



*Advogado especialista em Direito Ambiental e Minerário, Luiz Antônio Brito, durante palestra na ESM*

**Fonte: Coordenadoria de Imprensa**

**Texto: Martha Lucia Rios**

**Fotos: Ricardo Lima**

**Edição de Texto: Andreza Moura**



*Professores Deryck Martins e Bruno Vieira com o Juiz Marco Antônio Castelo Branco, ao centro, como debatedor do evento*

## Gestão Compartilhada é tema de curso

No período de 27 a 31 de agosto foi realizado na ESM o curso "Gestão Compartilhada", com carga horária de 20 horas aula, que possuiu o seguinte conteúdo: Judiciário ontem e hoje – as transformações da sociedade e necessidade de mudanças; Gestão e suas atividades (planejamento, organização, liderança e avaliação); Processo: definição genérica e atividades (espinha de peixe); Planejamento (Metas e Métodos); Problemas na Unidade Judicial e identificação.

O docente que ministrou o curso foi o magistrado Fábio Penezi Póvoa, especialista em Direito da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

A Lista de concluintes do curso é a seguinte:

Ana Carolina de Melo Amaral Girard

Angélica Hernandez Ochoa Coutinho

Carlos Hachem Chaves Junior

Danielle Martins Nobre

Diego Felipe Nascimento

Fábio Benchimol Corrêa

Flávio Marcílio Ferreira de Miranda

Inete de Jesus Furtado Sotelo

Laís Santana da Silva Trindade

Leila Menezes de Oliveira

Luana Assunção Pinheiro

Luciana Delgado Bastos Cabral

Luísa Padoan

Mariza Oliveira do Carmo

Marly Solange Carvalho da Cunha

Selma Figueiredo Fernandes

Simone Socorro da Silva Sampaio

Victor Renato da Silva Maués

Biodireito, ministrado pelo docente e Mestre, Adilson Passinho Koury, médico e advogado.

A carga horária total do curso foi de 20 horas aula, e os concluintes, seguem abaixo:

Aline Mendes Oliveira

Aluizio Omar de Araújo Costa

Asmaa Abdullah Hendawy

Diogo das Dores Ribeiro

Eduardo Turiel do Nascimento

Eleomira Mercês de Oliveira

Evandro Alencar

Francenise Almeida do Nascimento

Isabel Cristina Rodrigues da Silva

Julio Moreira da Silva

Mauro da Cunha Araújo

Nilce de Oliveira Castro

Renata Lara Caiado

Rodrigo Ribeiro Lobato

Simone Batista Campos

Valdirene do Socorro da Silva Campos Ramos

Valdo Miguel Matos Lobato

Vinólia Costa Vieira

*Texto e Edição de Texto: Andreza Moura*

*Fonte: Coordenadoria de Imprensa  
Texto: Anna Carla Ribeiro  
edição de texto: Andreza Moura*

## **A ESM realizou o Curso de Aperfeiçoamento em Bioética Aplicada ao Biodireito**

Ainda no período de 27 a 31 de agosto, foi realizado nas dependências da ESM o Curso de Aperfeiçoamento em Bioética Aplicada ao

**SERVIDOR EM DESTAQUE**  
**JULHO/AGOSTO/2018**



**Aníbal Corrêa Pinheiro**

**Profissão: Secretário Geral da ESM**

Entrevistadora:

*Entrevistadora Andreza Moura*

*Chefe de Editoração e Publicação da ESM-Pa*

1 – Recentemente foi aprovado o anteprojeto de lei que fará a modificação da Escola Superior da Magistratura para Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará. Quais os principais benefícios que a nova Escola trará ao Poder Judiciário, aos servidores, magistrados e à sociedade participante?

**Resposta:** A nova Escola Judicial do Estado do Pará trará benefícios no sentido de capacitar magistrados e servidores para atuarem de forma eficiente, com perfil adequado às necessidades do serviço, aperfeiçoando o desempenho das funções dos servidores, proporcionando um melhor ambiente de trabalho de acordo com a formação técnica, humanística e ética. Outro grande

benefício é a difusão do conhecimento, aos integrantes deste Poder Judiciário, acerca das inovações e modernas práticas quanto às ações relacionadas ao direito público e à promoção da justiça e da cidadania, que repercutem e refletem positivamente, não só no Poder Judiciário, quanto em toda a sociedade participante.

2 – Além dos benefícios que a Escola Judicial trará, quais os principais desafios à nova mudança?

**Resposta:** Dentre os principais desafios da Escola Judicial do Estado do Pará, podemos citar a superação dos obstáculos físicos e geográficos, inerentes ao Estado do Pará, que possui abrangente território e comarcas localizadas em regiões distantes da capital, e em busca de solucionar o problema, serão feitos investimentos em plataformas de ensino à distância e palestras online, como busca de solução para o encurtamento de distâncias; além da intensificação de intercâmbio e convênios com as demais Escolas Judiciais.

## **ANIVERSARIANTES DA ESM**

**Julho**

05/07 – Edmundo Rodrigues Cal

20/07 – Luiz Joelson Moraes dos Santos (vigilante noturno)

**Agosto**

01/08 – Thaiana Louise Bastos Bittencourt

04/08 – Iracema de Souza Alcântara

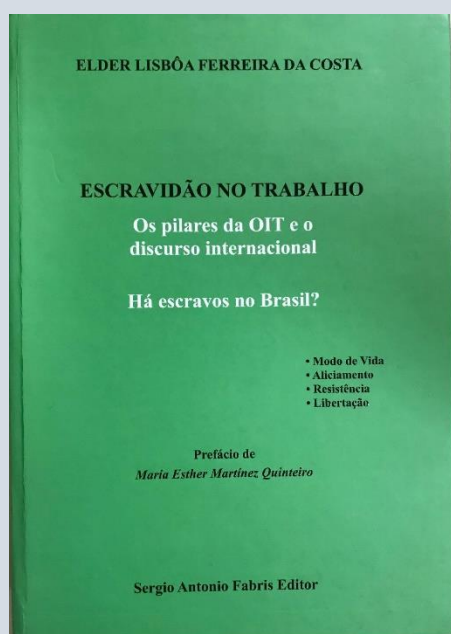
17/08 – Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

18/08 – Cilene Brito Anchieta

28/08 – Francisca Maria dos Prazeres Beserra

30/08 – João Marcelo de Sousa Siqueira

## OBRA JURÍDICA EM DESTAQUE



ESCRavidÃO NO TRABALHO. OS PILARES DA OIT E O DISCURSO INTERNACIONAL. Há ESCRAVOS NO BRASIL? Autor: Elder Lisbôa Ferreira da Costa. O autor foi professor catedrático da Faculdade Escola Superior da Amazônia de Direitos Humanos e Direito Internacional; professor da docência internacional da União Européia nas Universidades de Salamanca – Espanha e da Universidade Portucalense – Portugal no Pós-Doutorado. PHD – Pós Doutramento em Ciências Jurídico Internacionais e Europeias na Universidade de Lisboa-Portugal. PHD-Doutor Europeu pela Universidade de Salamanca-Espanha.

Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra (2006). Aperfeiçoamento na Corte Europeia de Direitos Humanos – Tribunal de Strasbourg – França e Altos Estudos do Conselho da Europa em assuntos referentes a trabalho forçado e violência de gênero na área do Direito Internacional e atuação em cortes internacionais em 2013/2014. Membro do Instituto Jurídico Portucalense – Portugal. Membro do Cemusa – Centro de Estudos da Mulher, com sede em Salamanca-Espanha, na qualidade de investigador. Membro da Comissão de Direitos Humanos do TJPA. Membro da Comissão de Gênero da Associação dos Magistrados do Brasil-AMB. Foi Juiz de Direito do TJPA desde setembro de 1993, titular da 1ª Vara da Fazenda da Comarca de Belém, e autor de diversos livros Jurídicos, assim como havia se tornado membro da Academia Paraense de Letras, onde ocupou a cadeira número 12, que pertenceu a escritora Helena Tocantins e cujo patrono é o bispo D. Macedo Costa.

A Obra em destaque versa sobre a existência e a percepção da prática escravagista em contraposição à democracia e cidadania no Brasil, iniciando com princípios, ideias e pressupostos gerais sobre o trabalho forçado.

Traz estudos sobre a escravidão em especial na região norte do Brasil, mais especificamente no sudeste e sul do Estado do Pará, com análise de processos de trabalhadores resgatados.

Informa a obra que as vítimas atuais da escravidão são recrutadas, principalmente, nos Estados do Nordeste do País, e “transportados” para as fazendas no Norte do País, onde passarão a desempenhar as suas “atividades”, e são facilmente aliciadas para o trabalho escravo em razão de viverem, em sua maioria, em situação de pobreza absoluta.

Uma vez sob a tutela da escravidão, passam a viver sem liberdade e sem condições de vida minimamente aceitáveis, não possuindo, assim, quaisquer perspectivas e dignidade.

O autor faz a análise sobre a principal percepção da escravidão do Brasil, que é o cerceamento do direito à liberdade, sendo que a liberdade poderia ser concebida sob três possibilidades: autodeterminação ou autocausalidade; necessidade e possibilidade ou escolha.

Ressalta que os direitos humanos no mundo passam por um grande paradoxo: assistindo ao avanço de Leis e Tratados Internacionais e, por outro lado, também, às gravíssimas violações aos mesmos direitos humanos no sentido prático, os quais às próprias nações deveriam resguardar, o que acaba por provocar uma ruptura dos pressupostos de democracia e cidadania.

## CURIOSIDADES DA ESM

### • Criação da ESM-Pa

Em 08 de dezembro de 1982, através da Resolução nº 06, aprovada pelo Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará em sessão realizada em 03 de novembro de 1982 e publicada no Diário Oficial do Estado em 12 de janeiro de 1983; foi criada a Escola Superior da Magistratura – ESM do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em convênio com o Centro de Estudos Jurídicos do Pará - CEJUP.

A Escola Superior da Magistratura foi a segunda Escola do gênero a ser implantada no Brasil, e tinha como finalidade a atualização, aperfeiçoamento, especialização de servidores da justiça e magistrados; preparação à carreira da magistratura e cursos de extensão jurídica.

Seus recursos financeiros eram subsidiados pelo próprio Tribunal de Justiça, em conjunto com o CEJUP – Centro de Estudos Jurídicos do Pará.

A ESM foi criada durante a presidência do Desembargador Manoel Cacella Alves, porém, somente implementada na administração do Desembargador Edgar Maia Lassance Cunha.

Seu funcionamento inicial ocorreu nas dependências do Tribunal de Justiça, antigo Palácio de Justiça, no Anexo I, sob a direção do Desembargador Silvio Hall de Moura e Coordenação Geral do bacharel Gengis Freire de Souza.

### EQUIPE DA ESM:

**Diretor Geral:** Des. Constantino Augusto Guerreiro

**Diretora Geral Adjunta:** Desa. Maria Elvina Gemaque Taveira

**Secretário-Geral:** Aníbal Corrêa Pinheiro

**Sub-Coordenação:** Francisca Edilene Vicente

### Secretaria Executiva:

Rosângela Montalvão

Samarone Lacerda

### Departamento Acadêmico:

**Diretor DAC:** Dr. Paulo Victor Ramos Corrêa

Edmundo Rodrigues Cal (tarde) – Auxiliar Judiciário

Ana Carla Pinto Marques Pinheiro – Assessor Técnico

Eduardo Sampaio Gomes Leite – Assessor Técnico

Maria da Conceição Cunha Teixeira – Assessor Técnico

### Chefia de Divisão de Cursos e Programação – DAC:

Iracema de Souza Alcântara

### Chefia de Divisão de Registro e Controle – DAC:

Natascha Ramos Rodrigues Damasceno do Couto

### Biblioteca

Maria da Conceição Ruffeil Moreira – Chefe

Francisca Maria dos Prazeres Beserra

### Departamento de Ensino e Pesquisa

**Diretora DEP:** Dra. Patrícia Blagitz

Wellen Pimentel Fontes de Oliveira – Auxiliar Judiciário

Ivaneide Lima Ribeiro

### Chefia de Divisão de Ensino e Pesquisa - DEP:

Alexandre Carvalho Dias

### Chefia do Serviço de Pesquisa – DEP:

Synthia Maria Guimarães Angelim

### Divisão de Editoração Gráfica – DEP:

Andreza Etheene Cavalcante Moura - Chefe

Antônio Fernando Alves Guimarães

### Departamento Administrativo/Financeiro:

**Diretora:** Dra. Cilene Brito Anchieta

Maira Liane Viana Sadeck dos Santos – Analista Judiciário  
Cristiana de Oliveira Rendeiro – Analista Judiciário

**Chefia de Divisão de Infra Estrutura:**

Thaiana Louise Bastos Bitencourt da Silva

**Divisão de Informática:**

Nuno Maria Abreu Vouzela - Chefe

João Marcelo de Souza Siqueira - Analista Judiciário